

ILÉIA TERÁ QUE ESPERAR MAIS

Cibelle Colmanetti
Da equipe do **Correio**

Jefferson Rudy

A dona-de-casa Neide Cerqueira Lima acorda cedo na casa simples do Recanto das Emas. Em seus sonhos, o desejo de que a realidade fosse outra. Desde o dia 31 de maio de 1996, quando sua filha Iléia foi internada no Hospital Regional de Taguatinga (HRT) para dar à luz uma menina, Neide viu a vida de sua família transformada. Iléia, então com apenas 15 anos, saiu do hospital sem falar, andar ou responder a qualquer estímulo.

A filha alegre, que pensava em ser auxiliar de enfermagem, sofreu uma parada cardiorrespiratória na sala de recuperação do centro obstétrico do HRT. O problema ocorreu minutos depois da cesariana. Segundo a acusação, o anestesista Arnoldo Furtado — responsável pelos sinais vitais da paciente — não estava junto de Iléia como deveria.

“Disseram mais tarde que foi eclâmpsia, mas não acreditei porque minha filha fez o pré-natal durante toda a gravidez. Foi erro do médico”, conta Neide. Segundo um dos advogados da dona-de-casa, Vicente Paulino da Silva, como o anestesista é funcionário público, a Fundação Hospitalar foi responsabilizada pela conduta do profissional.

Por dois anos, Neide lutou para receber uma indenização que a ajudasse a manter os cuidados com Iléia e a neta Ilana, que completará três anos de idade. No ano passado, foi concedida pela 4ª Vara de Fazenda Pública um tutela antecipada de cinco salários mínimos. A FHDf recorreu, mas tam-



Família vai ao tribunal com a menina que após cesariana saiu do hospital sem falar, andar ou responder a qualquer estímulo. Ela tinha 15 anos, na época

bém perdeu em segunda instância.

Desde fevereiro, Neide recebe R\$ 650 com os quais paga as despesas de alimentação, medicamentos e transporte para a fisioterapia da filha. Paga ainda a creche da pequena Ilana e uma empregada para ajudá-la no serviço da casa, onde moram sete pessoas.

A batalha não chegou ao final, pois a família ainda pede indenização de R\$ 400 mil. Na tarde de ontem, seria realizada a primeira audiência na 4ª Vara para a apreciação do pedido. As testemunhas de acusação e defesa seriam ouvidas pelo juiz Carlos Alberto Martins Filho, mas a sessão foi suspensa.

Houve um erro processual no

caso, pois o Ministério Público deveria acompanhá-lo desde o início. Isso acontece quando há menores ou pessoas juridicamente incapacitadas envolvidas. O promotor do Ministério Público, Alexandre Fernandes Gonçalves, só ficou a par da questão ontem. “Sem a autuação feita pelo Ministério Público, o processo seria nulo”, afirma ele.

O processo deve ser encaminhado para análise do Ministério Público depois da Semana Santa. Segundo o promotor Gonçalves, deve voltar à 4ª Vara de Fazenda Pública do DF em até um mês. Só então poderá ser marcada nova audiência de instrução.

Esta primeira audiência servirá

para o juiz ouvir o relato das partes envolvidas. A seguir, será marcada a audiência de julgamento, na qual o juiz decidirá se a Fundação Hospitalar terá ou não de pagar a indenização. “Esperamos que o processo chegue ao fim no próximo ano”, diz o advogado Vicente Paulino da Silva. Ele e Nelcy Freitas são os advogados de Neide Cerqueira. O tempo é longo pois, depois da sentença, poderá haver recurso tanto ao Tribunal de Justiça do DF quanto ao Superior Tribunal de Justiça.

O advogado da FHDf, João Itamar de Oliveira, informa que a entidade entrará com todos os recursos a que tem direito caso perca a

ação em primeira instância. “Trabalhamos no sentido de demonstrar que não houve culpa dos médicos que atenderam a paciente”, alega ele.

Na sala ao lado, Iléia é amparada pela mãe. A garota de 18 anos foi levada ao tribunal para que os juízes vissem sua situação frente a frente e não por fotos. O que quer que tenha ocorrido em 1996, na sala de parto do Hospital Regional de Taguatinga, mudou a vida da menina, cujos olhos raramente mostram lampejos de lucidez. “O dinheiro não trará a vida de minha filha de volta, tudo o que eu mais queria. Mas espero que haja justiça”, reivindica Neide.